

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

- a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:**
- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.
- b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:**
- CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtóais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
 - Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
 - Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de *hedge* se esses contratos forem usados como instrumentos de *hedge* e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro									
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2025	2024	2025	2024
						2025	2024	2025	2024
Nova Cidade de Deus Part. S.A. ("Nova Cidade") (1).....	13.900.000	29.424.111	3.133.083	189.425	26,07	7.671.385	7.231.903	795.291	578.873
Ágio - Nova Cidade (3).....	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total.....						7.680.611	7.241.129	795.291	578.873

- (1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%);
- (2) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado do exercício no valor de R\$ 419.053 (2024 - R\$ 245.977), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e
- (3) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompria de Ações, do Passivo Circulante, no montante de R\$ 413.907 (2024 - R\$ 364.447) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 595.063 (2024 - R\$ 620.986), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTROS PASSIVOS

Referem-se, basicamente, a contrato de mútuo, acréscidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, dividido em sete parcelas a serem pagas anualmente, no montante de R\$ 534.016 (2024 - R\$ 584.641).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

- a) Ativos contingentes**
- Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
- b) Provisões classificadas como perdas prováveis**
- A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
- Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 477.089 (2024 - R\$ 439.958).
- A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.
- A Sociedade não possua contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deversem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

I - Provisões contingentes

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
No início do exercício.....	439.958	396.580
Atualizações monetárias.....	37.131	28.973
Constituição.....	-	14.405
No final do exercício.....	477.089	439.958

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 2025 e 2024, não houve processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 5.140.000 (2024 - R\$ 5.140.000) é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
Ordinárias.....	173.738.421	157.542.555
Preferenciais.....	213.284.375	196.568.099
Subtotal - Ações em circulação.....	387.022.796	354.110.654
Em tesouraria (ordinárias).....	48.006.450	64.202.316
Em tesouraria (preferenciais).....	8.275.851	24.992.127
Total do capital social em ações.....	443.305.097	443.305.097

Em 5 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de até R\$ 435.000, cuja integralização de 100% do valor das ações subscritas em 7 de janeiro de 2026, com pagamento à vista em moeda corrente nacional.

Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de até R\$ 200.940, cuja integralização de 100% das ações subscritas, sendo realizada em três parcelas: a primeira parcela integralizada em 30 de janeiro de 2026 e as demais com vencimento em 30 de abril de 2026 e 31 de julho de 2026, mediante a utilização de créditos decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio previamente declarados no exercício de 2025 pela Sociedade e com pagamento agendado para as referidas datas, ou em moeda corrente, dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	690.860	562.872
Número de ações em circulação (milhares).....	387.023	355.945
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,79	1,58

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
Reserva legal (1).....	220.599	186.056
Reserva estatutária (2).....	3.304.434	3.052.824
Total.....	3.525.033	3.238.880

- (1) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e
- (2) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a deliberação de pagamento de JCP intermediários nos valores de R\$ 51.600, pagos em 31 de outubro de 2025, e R\$ 68.400, pagos em 30 de janeiro de 2026.

Em 25 de setembro de 2025, foi aprovada a deliberação de pagamento de JCP intermediários no montante de R\$ 100.000, com pagamento previsto para 30 de abril de 2026.

Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada a deliberação de pagamento de JCP complementares no valor de R\$ 68.000, com pagamento previsto para 31 de julho de 2026.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos é feito quando há disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, Base Negativa de Contribuição Social e prejuízo fiscal.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/Indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
Certificados de Depósitos Bancários (1).....	1.511.926	781.243
Total.....	1.511.926	781.243

- (1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possuía, aplicação em Letras Financeiras Subordinadas, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., classificadas no Nível 3, no montante de 299.716, sendo resgatadas integralmente em 31 de janeiro de 2025. Os recursos provenientes do resgate foram aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB).

Em 31 de dezembro						
Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)		
		2025	2024	2025	2024	
189.425	26,07	7.671.385	7.231.903	795.291	578.873	
-	-	9.226	9.226	-	-	
		7.680.611	7.241.129	795.291	578.873	
e Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%);						
9.053 (2024 - R\$ 245.977), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e						

- (1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%);
- (2) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado do exercício no valor de R\$ 419.053 (2024 - R\$ 245.977), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e
- (3) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompria de Ações, do Passivo Circulante, no montante de R\$ 413.907 (2024 - R\$ 364.447) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 595.063 (2024 - R\$ 620.986), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTROS PASSIVOS

Referem-se, basicamente, a contrato de mútuo, acréscidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, dividido em sete parcelas a serem pagas anualmente, no montante de R\$ 534.016 (2024 - R\$ 584.641).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

- a) Ativos contingentes**
- Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
- b) Provisões classificadas como perdas prováveis**
- A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
- Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 477.089 (2024 - R\$ 439.958).
- A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.
- A Sociedade não possua contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deversem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

I - Provisões contingentes

Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2025		2024	
Contribuição para a COFINS.....	42.837		28.463	
Contribuição para o PIS.....	8.700		5.646	
Outras.....	4		5	
Total.....	51.541		34.114	

Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2025		2024	
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras.....	205.118		140.058	
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	37.131		28.973	
Outros.....	4.103		5.582	
Total.....	246.352		174.613	
Despesas financeiras:				
Variação monetária - Contrato de mútuo.....	(81.197)		(67.391)	
Variação monetária de obrigações por recompra de ações.....	(173.714)		(41.719)	
Atualizações monetárias - Passivos contingentes.....	(37.131)		(28.973)	
Total.....	(292.042)		(138.083)	
Resultado financeiro.....	(45.690)		36.530	

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025 2024
Ativos:									
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	-	-	-	-	1.511.926	781.243	1.511.926 781.243
Letras financeiras.....	-	-	-	-	-	-	299.716	-	299.716
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	292.754	209.080	-	-	-	292.754	209.080
Passivos:									
Juros sobre capital próprio a pagar.....	108.701	90.179	-	-	92.239	66.221	-	-	200.940 156.400
Obrigações por recompra de ações.....	-	-	-	-	1.008.970	985.433	-	-	1.008.970 985.433
Outros passivos.....	-	-	-	-	-	-	534.016	584.641	534.016 584.641

Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025 2024
Receitas/Despesas com juros/Outras.....	-	-	-	-	(173.714)	(41.719)	123.921	72.666	(49.793) 30.947
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio (4).....	(155.800)	(106.093)	419.053	245.977	(132.200)	(77.907)	-	-	131.053 61.977

- (1) NCD Participações Ltda. ("NCD");
- (2) Nova Cidade de Deus Participações S.A.;
- (3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco; e
- (4) As despesas de JCP são reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

...continuação

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBD Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2026
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/28/BRADESCO1588488128032026.pdf>
Hash: 1774649281a78dfd768e2f400cb75db377c27a1a67